

Informativo n. 04/2025

Informativo n. 04/2025	1
1. AUDITORIA INTERNA	1
2. INTEGRIDADE	2
3. PATRIMÔNIO E ORÇAMENTO PÚBLICO	2
3.1 Gestão Fiscal, Recursos, Despesas, Fundos e Custas judiciais	2
3.2 Contratações Públicas	3
3.3 Doação de bens	3
3.4 Gestão e destinação de valores e bens oriundos de Prestações Pecuniárias, da Pena de Multa, Perda de Bens e Valores- Ação Coordenada de Auditoria do CNJ	4
4. ACORDOS, CONVÊNIOS E CONGÊNERES	5
5. GESTÃO DE PESSOAS, COMISSÕES, CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS	6
5.1. Concurso, promoção, vacância e remoção de magistrados	6
5.2 Movimentações Funcionais, Cargos e titularidades extrajudiciais	7
5.3 Comissões, Comitês, Subcomitês e Grupos de Trabalho	8
5.4 Concursos e Processos Seletivos de Estágios	9
6. EVENTOS E CAPACITAÇÕES	10
7. REGULAMENTAÇÕES, MANUAIS, NORMAS, PLANOS, POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS	11

1. AUDITORIA INTERNA

[Resolução n. 24](#), de 02/09/2025. Aprova o Relatório Anual de Atividades – Exercício de 2024 – Secretaria de Auditoria Interna no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e dá outras providências.

[Auditoria Interativa](#). A Secretaria de Auditoria Interna, com apoio da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC, disponibiliza no menu da Intranet uma ferramenta para apoio às unidades auditadas: Auditoria Interativa. Trata-se de uma plataforma centralizada desenvolvida para otimizar e facilitar o atendimento às demandas de auditoria. Com este novo recurso, as unidades auditadas terão mais agilidade e controle na resposta às solicitações. Conheça as funcionalidades disponíveis:

- Elaboração de Plano de Ação: crie e gerencie os planos para atendimento às recomendações da auditoria;
- Mapeamento de Processos: descreva atividades e visualize seus fluxos de trabalho em BPMN;
- Elaboração de Checklist: utilize listas de verificação customizadas para auxiliar nos controles internos.

A plataforma também conta com uma área Suporte e Manuais para cada funcionalidade, garantindo que você tenha todo o auxílio necessário.

2. INTEGRIDADE

O **Comitê de Integridade**, em continuidade às suas ações voltadas para o fortalecimento de uma cultura ética e transparente no âmbito do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), deu mais um passo relevante no cumprimento de sua missão institucional. Os membros do Comitê foram disponibilizados para a gravação de vídeo-aula institucional, que terá como foco o novo **Código de Ética e Conduta** do Tribunal - [Resolução n. 10/2025 - PTJ](#) , promovido em parceria com a Escola Judicial.

Os referidos vídeos visam não apenas divulgar o conteúdo do novo Código de Ética, mas também reforçar valores indispensáveis para o funcionamento de uma administração pública íntegra, como responsabilidade, transparência, compromisso social e respeito às normas vigentes. A iniciativa atende ao disposto no **artigo 17 do novo Código de Ética e Conduta**, que determina a ampla divulgação e capacitação dos servidores e magistrados acerca das diretrizes éticas e de conduta estabelecidas.

Essa ação faz parte do plano estratégico do Comitê de Integridade, que busca ampliar o protagonismo do TJAM na divulgação de boas práticas institucionais e no fortalecimento da confiança entre o Poder Judiciário e a sociedade. O novo Código de Ética representa um marco importante para consolidar diretrizes que promovam coerência e consistência na conduta dos agentes públicos, alinhando-se aos princípios da integridade já praticados pela instituição.

A gravação do material audiovisual, além de ser uma ferramenta de comunicação eficiente, possibilitará maior alcance na implementação e assimilação das normas éticas por todos os que integram o Tribunal. Isso reforça o compromisso da instituição em promover uma cultura proba e em estimular a reflexão sobre o papel essencial da integridade na administração pública.

3. PATRIMÔNIO E ORÇAMENTO PÚBLICO

3.1 Gestão Fiscal, Recursos, Despesas, Fundos e Custas judiciais

[Portaria n. 3923/2025-PTJ](#), de 24/09/2025. – Tornar Público, inclusive por meio eletrônico, a publicação do Relatório de Gestão Fiscal deste Poder Judiciário referente ao período de SETEMBRO/2024 a AGOSTO/2025 (2º Quadrimestre 2025).

[Portaria n. 4392](#), de 22/10/2025. Institui o Grupo de Trabalho para apuração dos Fundos Previdenciários custeados pelo TJAM, sem ônus, pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, com a finalidade apurar os fatos denunciados pelo Sindicato dos Trabalhadores da Justiça do Amazonas, ocorridos no âmbito da Amazonprev.

[Portaria n. 4560](#), de 31/10/2025. Altera as Portarias n.º 1.730, de 23 de julho de 2018 e n.º 2.653, de 29 de junho de 2023, com o objetivo de revisar os procedimentos para o pagamento de verbas rescisórias e indenizatórias a magistrados e servidores.

3.2 Contratações Públicas

[Portaria n. 4391](#), de 22/10/2025. Designa servidores para compor a Comissão Permanente de Procedimentos Auxiliares nas Contratações, sem ônus para o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

3.3 Doação de bens

[Extrato n. 77/2025](#)-SECOP/DVCC/SCOA, referente ao Termo de Doação n. 10/2025, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para o Instituto de Desenvolvimento Social Resgate do Estado do Amazonas, para a doação de bens inservíveis classificados como MOBILIÁRIO, com fins de interesse social.

[Extrato n. 79/2025](#)-SECOP/DVCC/SCOA, referente ao Termo de Doação n. 11/2025, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para a 48ª Delegacia Interativa de Polícia do Município de Maués e Secretaria Municipal de Assistência Social, para a doação de bens inservíveis classificados como MOBILIÁRIO, com fins de interesse social.

[Extrato n. 82/2025](#)-SECOP/DVCC/SCOA, referente ao Termo de Doação n. 12/2025, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e a Polícia Militar do Estado do Amazonas, para a doação de bens inservíveis classificados como ELETRÔNICO e ELETRODOMÉSTICO, destinados a ASSESSORIA CENTRAL DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS (ACIPMAM) para fins de interesse social.

[Extrato n. 86/2025](#)-SECOP/DVCC/SCOA, referente ao Termo de Doação n. 13/2025, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Amor Especial, para a doação de bens inservíveis classificados como MOBILIÁRIO e ELETRODOMÉSTICO, para fins de interesse social.

[Extrato n. 90/2025](#)-SECOP/DVCC/SCOA, referente ao Termo de Doação n. 14/2025, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e a Associação das Donas de Casa do Morro da Liberdade, para a doação de bens inservíveis classificados como MOBILIÁRIO e ELETRÔNICO, para fins de interesse social.

[Extrato n. 97/2025](#)-SECOP/DVCC/SCOA, referente ao Termo de Doação n. 15/2025, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e a Polícia Civil do Estado do Amazonas através da Delegacia Interativa de Polícia do Município de Humaitá, para a doação de bens inservíveis classificados como MOBILIÁRIO e ELETRODOMÉSTICO, para fins de interesse social.

[Extrato n. 111/2025](#)-SECOP/DVCC/SCOA, referente ao Termo de Doação n. 16/2025, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e a Associação Representativa dos Servidores Públicos com Deficiência do Estado do Amazonas, para a doação de bens inservíveis classificados como ELETRÔNICO, para fins de interesse social.

[Portaria n. 3498](#), de 20/08/2025. Torna dispensável a licitação, autorizando a doação dos bens móveis elencados no termo à Polícia Militar do Estado do Amazonas, através da Assessoria Central de Inteligência da Polícia Militar do Amazonas (ACIPMAM), devendo, após celebrada a transferência dos bens àquela entidade, ser procedida a baixa dos bens no balanço patrimonial e contábil desta Corte.

[Portaria n. 3530](#), de 22/08/2025. Torna dispensável a licitação, autorizando a doação de bens móveis elencados no termo à 48.^a Delegacia Interativa de Polícia do Município de Maués/AM e à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), devendo, após celebrada a transferência dos bens àquele órgão, ser procedida a baixa dos bens no balanço patrimonial e contábil desta Corte de Justiça.

[Portaria n. 3678](#), de 02/09/2025. Torna dispensável a licitação, autorizando a doação de bens móveis elencados no termo, classificados como mobiliário e eletrodomésticos, ao Instituto Amor Especial, inscrito no CNPJ n.º 54.851.771/0001-11, devendo, após celebrada a transferência dos bens àquela entidade, ser procedida a baixa dos bens no balanço patrimonial e contábil desta Corte.

[Portaria n. 3693](#), de 03/09/2025. Torna dispensável a licitação, autorizando a doação de bens móveis elencados no termo para a Associação das Donas de Casa do Morro da Liberdade - ADCML, CNPJ n.º 22.813.232/0001-00, devendo, após celebrada a transferência dos bens àquela entidade, ser procedida a baixa dos bens no balanço patrimonial e contábil desta Corte.

[Portaria n. 3791](#), de 10/09/2025. Torna dispensável a licitação, autorizando a doação de bens móveis elencados no termo à Polícia Civil do Estado do Amazonas, através da Delegacia Interativa de Polícia do Município de Humaitá/AM, CNPJ n.º 03.072.388/0001-24, devendo, após celebrada a transferência dos bens àquela entidade, ser procedida a baixa dos bens no balanço patrimonial e contábil desta Corte.

[Portaria n. 4299](#), de 16/10/2025. Torna dispensável a licitação, autorizando a doação de bens móveis elencados no termo para a Associação Representativa dos Servidores Públicos com Deficiência do Estado do Amazonas - ASPEDAM, CNPJ n.º 58.219.355/0001-56, devendo, após celebrada a transferência dos bens àquela entidade, ser procedida a baixa dos bens no balanço patrimonial e contábil desta Corte.

3.4 Gestão e destinação de valores e bens oriundos de Prestações Pecuniárias, da Pena de Multa, Perda de Bens e Valores- Ação Coordenada de Auditoria do CNJ

[Edital n. 02/2025](#), do 1º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública de Tefé, em observância ao disposto na [Resolução CNJ n. 558/2024](#) e na [Resolução TJAM n. 49/2024](#)., torna público o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO de instituições públicas ou privadas com finalidade social e sem fins lucrativos, com vistas à destinação de valores e bens oriundos de pena de multa, perda de bens e valores e prestações pecuniárias decorrentes de condenações criminais, colaboração premiada, acordos de leniência e acordos de cooperação internacional, no âmbito do Poder Judiciário.

[Edital de Credenciamento 001/2025 - Comarca de Novo Airão](#), de 06/10/2025. Torna público o processo seletivo para CREDENCIAMENTO de instituições públicas ou privadas com finalidade social e sem fins lucrativos, com vistas à destinação de valores e bens oriundos de pena de multa, de perda de bens e valores, inclusive por alienação antecipada de bens apreendidos, sequestrados ou arrestados, de condenações a prestações pecuniárias em procedimentos criminais, de colaboração premiada, acordos de leniência, acordos de

cooperação internacional, transações penais, acordos de não persecução penal e outros recursos oriundos de institutos despenalizadores, no âmbito do Poder Judiciário.

[Edital n. 01/2025](#), do 1º Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Parintins. Decisão do Credenciamento de entidades para o recebimento de valores decorrentes de transações penais e penas de multa (art. 84, da Lei 9.099/95), aplicando-se, por analogia, as diretrizes previstas na Resolução CNJ n.º 558/2024 e na Resolução TJAM n.º 49/2024.

[Portaria n. 4294](#), de 15/10/2025. Regulamenta o procedimento auxiliar de licitação, o credenciamento de bens e serviços no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e dá outras providências.

4. ACORDOS, CONVÊNIOS E CONGÊNERES

Termos de reciprocidade com hospitais, clínicas, farmácias de manipulação, laboratórios e centro educacional, objetivando a concessão de descontos diferenciados para servidores e seus dependentes. Disponível em:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/transparencia/licitacoes-contratos-e-instrumentos-de-cooperacao/acordos-termos-convenios-e-protocolos-vigentes>

[Termo de Reciprocidade n. 03](#), de 30/10/2025, entre o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e a empresa Ótica Pacífico Ltda, visando à concessão de desconto de 15% (quinze por cento) na aquisição de lentes, bem como à oferta gratuita dos exames de vista e da armação para a confecção dos óculos.

[Acordo de Cooperação Técnica n. 33](#), de 27/08/2025, entre o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas, com o objetivo de estabelecer mecanismos de acesso controlado e seguro ao Sistema PROJUDI, permitindo sua utilização por servidores formalmente indicados pelo Secretário de Segurança Pública do Estado do Amazonas, ou por autoridade por ele designada, exclusivamente no exercício das funções institucionais da SSP/AM e de suas unidades vinculadas que necessitem acessar processos judiciais relacionados às respectivas atribuições legais.

[Acordo de Cooperação Técnica n. 46/2025](#), entre o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e a Controladoria Geral do Estado do Amazonas, sem ônus, para o intercâmbio de apoio técnico em Tecnologia da Informação, mediante a disponibilização imediata de desenvolvedores, programadores, analistas de sistemas, especialistas em integração e gestores de projetos, com foco no desenvolvimento, implementação e manutenção de soluções tecnológicas, com o propósito de fortalecimento e ampliação da prestação Jurisdicional do Tribunal de Justiça do Amazonas.

[Acordo de Cooperação Técnica n. 48/2025](#), entre o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Município de Novo Airão. Disponibilização, sem ônus, de 6 (seis) profissionais para atuarem junto à secretaria da Vara única de Novo Airão.

[Segundo Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica n. 033/2023](#), de 29/10/2025, entre o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, o Município de Tonantins e a Associação dos Registradores Civis das Pessoas Naturais (ARPEN), para a conjugação de esforços com vistas a realizar a instalação e manutenção de Pontos de Inclusão Digital (PID), nos moldes preconizados na Recomendação CNJ n. 130/2022, a fim de ampliar o acesso à Justiça e resguardar os excluídos digitais, com a inclusão da ARPEN/AM para a realização de ações conjuntas que promovam o acesso ao registro civil, a emissão de certidões de nascimento, casamento e óbito, bem como a regularização documental de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

[Extrato n. 109/2025](#), entre o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, referente ao Ato Concentrado n. 01/2025, que disciplina os procedimentos relativos ao registro de nascimento e de óbito, de pessoas pertencentes, exclusivamente, ao povo indígena Waimiri-Atroari, localizados na Terra Indígena homônima, situada na faixa limítrofe entre os Estados do Amazonas e de Roraima.

5. GESTÃO DE PESSOAS, COMISSÕES, CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS

5.1. Concurso, promoção, vacância e remoção de magistrados

[Portaria n. 3336](#), de 14/08/2025. Regulamenta o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração prestada por pessoas negras inscritas no 2º Exame Nacional dos Cartórios (ENAC 2025.2), no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas.

[Edital n. 11/2025-CGJECC](#). Torna pública a vacância de membro da 4ª turma recursal do Estado do Amazonas, a partir de 12 de setembro de 2025, a qual deverá ser preenchida pelo critério de **merecimento**.

[Edital n. 12/2025-CGJECC](#). Torna pública a vacância de membro da 4ª turma recursal do Estado do Amazonas, a partir de 12 de setembro de 2025, a qual deverá ser preenchida pelo critério de **antiguidade**.

[Edital n. 13/2025-CGJECC](#). Torna pública a vacância de suplente da 1ª turma recursal do Estado do Amazonas, no dia 16 de agosto de 2025, a qual deverá ser preenchida pelo critério de **merecimento**.

[Edital n. 14/2025-CGJECC](#). Torna público que, em decorrência do término do biênio da magistrada Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes, abrirá vacância de Membro da 2ª Turma Recursal do Estado do Amazonas, a partir de 07 de novembro de 2025, a qual deverá ser preenchida pelo critério de **antiguidade**.

[Edital n. 28/2025-PTJ](#). Tornar pública a vacância da titularidade do Juízo de Direito da Vara de Garantias Penais e de Inquéritos Policiais da comarca de Manaus (vaga 02), do Estado do Amazonas, que deverá ser preenchido mediante processo de promoção pelo critério de **antiguidade**.

[Edital n. 29/2025-PTJ](#). Tornar pública a vacância da titularidade do Juízo de Direito da 5ª Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus, do Estado do Amazonas, que deverá ser preenchido mediante processo de REMOÇÃO pelo critério de **merecimento**.

[Edital n. 30/2025-PTJ](#). Tornar pública a vacância da titularidade do Juízo de Direito da Vara de Garantias Penais e de Inquéritos Policiais da comarca de Manaus (vaga 07), do Estado do Amazonas, que deverá ser preenchido mediante processo de REMOÇÃO pelo critério de **antiguidade**.

[Edital n. 31/2025-PTJ](#). Tornar pública a vacância da titularidade do Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Eirunepé, do Estado do Amazonas, que deverá ser preenchido mediante processo de REMOÇÃO pelo critério de **antiguidade**.

[Edital n. 32/2025-PTJ](#). Tornar pública a vacância da titularidade do Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Urucurituba, do Estado do Amazonas, que deverá ser preenchido mediante processo de REMOÇÃO pelo critério de **merecimento**.

[Edital n. 33/2025-PTJ](#). Tornar pública a vacância da titularidade do Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Tabatinga, do Estado do Amazonas, que deverá ser preenchido mediante processo de REMOÇÃO pelo critério de **antiguidade**.

[Edital n. 34/2025-PTJ](#). Tornar pública a vacância da titularidade do Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Ipixuna, do Estado do Amazonas, que deverá ser preenchido mediante processo de REMOÇÃO pelo critério de **merecimento**.

[Edital n. 35/2025-PTJ](#). Tornar pública a vacância da titularidade do Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Tefé, do Estado do Amazonas, que deverá ser preenchido mediante processo de REMOÇÃO pelo critério de **antiguidade**.

[Edital n. 36/2025-PTJ](#). Tornar pública a vacância da titularidade do Juízo de Direito da 3ª Vara da Comarca de Parintins, do Estado do Amazonas, que deverá ser preenchido mediante processo de REMOÇÃO pelo critério de **merecimento**.

[Edital n. 37/2025-PTJ](#). Tornar pública a vacância da titularidade do Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Silves, do Estado do Amazonas, que deverá ser preenchido mediante processo de REMOÇÃO pelo critério de **antiguidade**.

[Edital n. 38/2025-PTJ](#). Tornar pública a vacância da titularidade do Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Urucará, do Estado do Amazonas, que deverá ser preenchido mediante processo de REMOÇÃO pelo critério de **merecimento**.

5.2 Movimentações Funcionais, Cargos e titularidades extrajudiciais

[Resolução n. 27](#), de 16/09/2025. Institui, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM), a Política Pública de Estímulo à Lotação e à Permanência de Magistrados em unidades judiciárias classificadas como de difícil provimento.

[Resolução n. 29](#), de 14/10/2025. Declara estatizada a serventia do foro judicial da Comarca de Presidente Figueiredo/AM, nos termos do art. 31 do ADCT-CF/88.

5.3 Comissões, Comitês, Subcomitês e Grupos de Trabalho

[Portaria n. 3095](#), de 01/08/2025. Institui a Comissão para Acompanhamento da Produção Normativa do CNJ e de Proposições Legislativas de Interesse do Poder Judiciário.

[Portaria n. 3157](#), de 05/08/2025. Retifica os termos da [Portaria n. 2701](#), que institui, por período indeterminado, a Comissão para a realização de atividades de revisão e alteração da [Resolução TJAM n. 19/2023](#).

[Provimento n. 508/2025-CGJ/AM](#), de 07/08/2025. Alterar os incisos III e IV do art. 2.º do [Provimento n.º 404/2021-CGJ/AM](#), referente à composição do Núcleo de Monitoramento do Perfil de Demandas - NUMOPEDE.

[Portaria n. 16](#), de 12/08/2025. Homologa o pedido de desligamento de alunos integrantes de grupos de pesquisa previstos no [edital n.º 01/2025](#).

[Portaria n. 430](#), de 13/08/2025. Instituir o Grupo de Trabalho do Núcleo de Governança do Sistema Prisional do Estado do Amazonas, no âmbito da Corregedoria-Geral de Justiça.

[Portaria n. 462/2025-CGJ/AM](#), de 02/09/2025. Instituir o Conselho Gestor do Fundo para Indenização da Gratuidade dos atos do Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Amazonas - FIG-RCPN, nos termos do art. 8.º, caput da [Lei estadual n.º 7.268/2024](#).

[Portaria n. 467-CGJ/AM](#), 09/09/2025. Exclui servidores e inclui novos servidores na Comissão de Reestruturação Normativa no âmbito da Corregedoria-Geral de Justiça.

[Portaria n. 3813](#), de 11/09/2025. Instituir o Grupo de Trabalho de Gestão Patrimonial de Bens, com duração de 30 (trinta) dias.

[Portaria n. 3925](#), de 17/09/2025. Atualizar a composição do Comitê Estadual de Saúde do Amazonas do Fórum Nacional da Saúde do Conselho Nacional de Justiça - FONAJUS.

[Portaria n. 3971](#), de 19/09/2025. Instituir Grupo de Trabalho de Apoio às Varas de Família para a realização de audiências por videoconferência no período vespertino.

[Portaria n. 4147](#), de 03/10/2025. Institui a Comissão de Ética e de Conduta do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Portaria n. 4027](#), de 24/09/2025. Estabelece a implementação de Mutirão nas Varas do Tribunal do Júri da Capital e do interior do Estado, visando o incremento da realização de Audiências de Instrução da Fase Sumariante e Sessões Plenárias do Tribunal do Júri em Ações Penais da Competência do Tribunal do Júri entre outubro de 2025 a julho de 2026.

[Portaria n. 4426](#), de 23/10/2025. Constitui, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, Comissão com a finalidade de cadastramento e movimentação de processos pendentes de vinculação e precedentes qualificados do sistema SAJ.

5.4 Concursos e Processos Seletivos de Estágios

[Portaria n. 3100](#), de 01/08/2025. Institui a premiação “Unidade Judicial Amiga da Pessoa Idosa” no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e estabelece os critérios para sua concessão.

[Portaria n. 15](#), de 12/08/2025, da Escola Superior de Magistratura. Homologa o resultado final para fins de certificação do XVI curso preparatório à carreira da magistratura.

[Edital da 9ª convocação](#) – SPED 2024/02. Torna pública a 9ª convocação de candidatos(as) da Seleção Pública para Estágio de Nível Superior em Direito no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (CAPITAL).

[Edital n. 02/2025](#), da 1ª Vara de Crimes Contra a Dignidade Sexual e de Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes. Torna pública a abertura de inscrições para o credenciamento de advogados dativos para atuação nesta unidade jurisdicional, nos termos da Resolução acima referida.

[Portaria n. 02/2025 - 8ª Vara Criminal](#), de 26/08/2025. Relação de advogados habilitados à nomeação para prestar assistência judiciária gratuita, segundo termos da [resolução nº 18, de 30 de junho de 2025](#).

[Edital n. 02/2025](#), da 2ª Vara Criminal da Comarca de Manaus. Torna pública a abertura de inscrições para o credenciamento de advogados dativos para atuação nesta unidade jurisdicional, nos termos da Resolução acima referida.

[Edital de convocação](#) – SPENSINT2024. Torna pública a 11ª convocação de candidatos(as) da Seleção Pública para Estágio de Nível Superior em Direito, em regime presencial, para a Comarca de Carauari e Manacapuru e Presidente Figueiredo.

[Edital de chamamento público anual n. 01/2025](#), de 19/08/2025. Credenciamento de advogado(a) para atuar como dativo na vara única da Comarca de Japurá/AM.

[Portaria n. 01/2025 - 1ª Juizado Especial Cível e Criminal de Parintins](#), de 02/09/2025. Lista de advogados inscritos considerados aptos à nomeação como dativos.

[Publicação de Chamamento - ESMAM](#), de 04/09/2025. Chamamento para o Curso de Formação, em caráter de Cadastro de Reserva, dos candidatos classificados na 35ª a 66ª posição das vagas da AMPLA CONCORRÊNCIA (AC) no Processo Seletivo para Juízes Leigos.

[Portaria n. 3802](#), de 10/09/2025. Designa os candidatos aprovados para o preenchimento de 8 (oito) vagas para a função de Juiz Leigo, nos Juizados Especiais de Manaus indicados, pelo prazo de até 3 (três) anos, admitida a recondução por apenas mais um período, podendo ainda ser dispensados a qualquer momento, atendendo à conveniência do serviço.

[Chamamento público simplificado](#), de 16/09/2025, destinado ao preenchimento de vagas em cargos de Tecnologia da Informação e Administração, com reserva exclusiva para candidatos com transtorno do espectro autista (TEA) em cargo específico para contratação pela Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental (AADESAM).

[Portaria n. 4 - 1º Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Manacapuru](#), de 15/09/2025. Divulgar a lista dos(as) advogados(as) inscritos(as) considerados aptos à nomeação como dativos, de acordo com a(s) área(s) de atuação indicadas por ocasião das inscrições, os quais passam a integrar o cadastro interno de dativos do 1º Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Manacapuru.

[Edital de Publicação Provisória de Jurados - Vara única da Comarca de Manaquiri](#), de 19/09/2025. Torna pública a lista definitiva dos cidadãos que integrarão a lista de JURADOS para o ano de 2026, tendo sido excluídos os jurados que integraram o Conselho de Sentença nos 12 (doze) meses que antecederam a presente publicação.

[Edital](#). Resultado do Chamamento Público Simplificado destinado ao preenchimento de vagas para profissionais que atuarão no âmbito do Convênio firmado entre o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) e a Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental (AADESAM).

[Edital da 10ª Convocação – SPED2024/02](#). Torna pública a 10ª convocação de candidatos(as) da Seleção Pública para Estágio de Nível Superior em Direito no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (CAPITAL).

[Edital 001/2025](#), de 08/10/2025. Dispõe sobre a lista preliminar anual de jurados para o ano 2026.

[Edital de Alistamento Geral de Jurados - Boa Vista do Ramos](#). Alistados, em caráter provisório, para o ano de 2026, os cidadãos adiante relacionados, para servirem como JURADOS nas Sessões do Tribunal do Júri Popular a serem realizadas nesta comarca, durante o citado exercício, na forma e sob as penas da lei.

[Lista provisória - 3º Tribunal do Juri Popular](#). Divulgação da lista provisória em editais que serão fixados à porta do 3º Tribunal do Júri a contar da publicação no DJE.

[Edital 002/2025 - Vara única da Comarca de Autazes](#), de 14/10/2025. Alistamento de Jurados.

[Edital de alistamento definitivo de jurados - Comarca de Rio Preto da Eva](#). Alistados, em caráter definitivo, para o ano de 2026.

[Edital](#). Lista provisória de jurados 2026 - 1ª Vara do Tribunal do Juri de Manaus.

[Portaria n. 4350](#), de 20/10/2025. Designa as candidatas aprovadas para o preenchimento de 6 (seis) vagas para a função de Juízas Leigas, nos Juizados Especiais de Manaus indicados, pelo prazo de até 3 (três) anos, admitida a recondução por apenas mais um período, podendo ainda ser dispensadas a qualquer momento, atendendo à conveniência do serviço.

6. EVENTOS E CAPACITAÇÕES

[Provimento n. 515/2025-CGJ/AM](#), de 15/09/2025. Altera o caput do art. 12 do [Provimento n.º 502/2025-CGJ/AM](#), que institui a Medalha da Ordem da Grã-Cruz da Corregedoria-Geral de Justiça do egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas e dá outras providências.

[Provimento n. 516/2025-CGJ/AM](#), de 19/09/2025. Revoga o [Provimento n.º 491/2025-CGJ/AM](#) e institui novo sistema de reconhecimento para o “Prêmio Solo Seguro TJAM”.

[Resultado do 1º Prêmio Desembargador Raimundo Vidal Pessoa](#), de 07/10/2025. Torna público o resultado final do concurso de artigos científicos da Revista de Direito da Amazônia da ESMAM.

[Portaria ESMAM n. 18](#), de 20/10/2025. Instituir o Comitê Científico Avaliador do 2º Prêmio Doutor Félix Valois Coelho Júnior de Artigos Científicos Da Revista De Direito Da Amazônia – ISSN 2675-8660.

7. REGULAMENTAÇÕES, MANUAIS, NORMAS, PLANOS, POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS

[Portaria n. 3186](#), de 06/08/2025. Dispõe sobre a prestação de atendimento de clínica geral pelos médicos do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Provimento n. 509/2025-CGJ/AM](#), de 14/08/2025. Institui o Núcleo de Governança do Sistema Prisional do Estado do Amazonas, no âmbito da Corregedoria-Geral de Justiça.

[Provimento n. 510/2025-CGJ/AM](#), de 18/08/2025. Dispõe sobre a regulamentação da intervenção nos serviços notariais e de registro no âmbito do Estado e dá outras providências. Republicação do [Provimento n.º 510/2025 - CGJ](#), disponibilizado no dia 18/08/2025, Edição 4094, página 13 do Caderno Extra, tornado sem efeito por decisão fundamentada do Corregedor-Geral de Justiça.

[Provimento n. 511/2025-CGJ/AM](#), de 20/08/2025. Dispõe sobre a regulamentação da intervenção nos serviços notariais e de registro no âmbito do Estado e dá outras providências

[Portaria n. 3476](#), de 20/08/2025. Autoriza a nova alteração no cronograma de migração gradual do sistema PROJUDI no 1º grau da Capital, com reagendamento das atividades a partir de agosto de 2025.

[Provimento n. 512/2025-CGJ/AM](#), de 26/08/2025. Altera o [Provimento n.º 480/2024 – CGJ/AM](#), o qual consolida o Programa Permanente de Acompanhamento e Aperfeiçoamento das Unidades Jurisdicionais do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes, no exercício de suas atribuições legais e regimentais.

[Portaria n. 3/2025-PJC](#), de 22/08/2025. Dispõe sobre a delegação de atos de administração e de mero expediente sem caráter decisório ao Diretor e servidores da Secretaria da vara única da Comarca de Carauari e dá outras providências.

[Portaria n. 2](#), de 26/08/2025. Disciplina da entrada, permanência e participação de crianças e adolescentes em festas, festejos e eventos na comarca de Lábrea.

[Resolução n. 25](#), de 02/09/2025. Dispõe sobre os procedimentos para o adequado atendimento, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, da gestante ou parturiente que manifeste desejo pela entrega voluntária do filho para adoção.

[Resolução n. 26](#), de 02/09/2025. Dispõe sobre o custeio de deslocamento de magistrados que acumulam titularidade em múltiplas comarcas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e dá outras providências.

[Provimento n. 513/2025-CGJ/AM](#), de 02/09/2025. Dispõe sobre o fluxo do acolhimento de crianças e adolescentes com medidas de proteção determinadas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Provimento n. 514/2025-CGJ/AM](#), de 08/09/2025. Dispõe sobre a dispensa da exigência do despacho de “cumpra-se” em mandados de busca e apreensão expedidos em comarca diversa do seu cumprimento e sobre o afastamento da necessidade de expedição de carta precatória em determinados casos.

[Resolução n. 28](#), de 16/09/2025. Altera a [Resolução TJAM nº 11](#), de 02 de abril de 2024, dispondo da pontuação e algorítmico base para análise dos pedidos de vagas de acordo com os critérios objetivos pela Central de Vagas do Sistema Socioeducativo do AM.

[Portaria n. 3922](#), de 17/09/2025. Dispõe sobre regras e diretrizes para a elaboração do Plano de Obras no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas.

[Portaria n. 03 - Vara única da comarca de Novo Airão/AM](#), de 12/09/2025. Determina que os apenados e as apenadas, cujo regime de cumprimento seja o aberto, passem a cumprir pena em regime domiciliar, observadas as condições..

[Portaria n. 04 - Vara única da comarca de Novo Airão/AM](#), de 12/09/2025. Determina que os apenados e as apenadas, cujo regime de cumprimento seja o semiaberto, passem a pernoitar em suas residências, observadas as condições.

[Portaria n. 01/2025-GAB/VURPE](#), de 25/09/2025. Disciplina da entrada, permanência e participação de crianças e adolescentes em festas, festejos e eventos na comarca de Rio Preto da Eva.

[Portaria n. 03/2025-1º Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Itacoatiara](#), de 23/09/2025. Autorizar o (a) Diretor (a) de Secretaria e os servidores por ele designados, independentemente de despacho judicial, a expedição de Atos Ordinatórios relativos à prática de atos de administração e de mero expediente, sem conteúdo decisório, nas hipóteses descritas, além de outras que se mostrarem compatíveis.

[Portaria n. 4027](#), de 24/09/2025. Estabelece a implementação de Mutirão nas Varas do Tribunal do Júri da Capital e do interior do Estado, visando o incremento da realização de Audiências de Instrução da Fase Sumariante e Sessões Plenárias do Tribunal do Júri em Ações Penais da Competência do Tribunal do Júri entre outubro de 2025 a julho de 2026.

[Portaria n. 01/2025 - CJI](#), de 25/09/2025. Dispõe sobre o estabelecimento das condições de cumprimento de pena em regime semiaberto no juízo da comarca de Itapiranga/AM.

[Portaria n. 02/2025-CJI](#), de 25/09/2025. Dispõe sobre o estabelecimento das condições de cumprimento de pena em regime aberto no juízo da comarca de Itapiranga/AM.

[Portaria n. 09](#), de 29/09/2025. Regulamenta a Diretoria do Fórum de Parintins.

[Orientação Técnica Numopede n. 001/2025](#), de 13/10/2025. Prevenção e combate à litigância abusiva: diretrizes para identificação e tratamento de documentos adulterados e práticas processuais fraudulentas.

[Portaria Conjunta n. 01/2024-GAB/1ºJECC/2ª Vara Coari](#), de 14/10/2025. Prevê o procedimento para expedição de Requisição de Pequeno Valor e de Ofícios de Precatório no âmbito da 2ª Vara e do Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Coari.

[Provimento n. 517/2025-CGJ/AM](#), de 09/10/2025. Dispõe sobre o fluxo do acolhimento de crianças e adolescentes com medidas de proteção determinadas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.